



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

ATA DA 2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DE 2015

Data: 12 de junho de 2015

Hora: 14h

Local: Sala de treinamento da Escola Judicial, no prédio da Rua Desembargador Drumond, 41 - 10º andar Belo Horizonte – MG

Presentes os seguintes integrantes do Grupo Estratégico: Ricardo Oliveira Marques, Diretor-Geral; Telma Lúcia Bretz Pereira, Diretora Judiciária; Sandra Pimentel Mendes, Secretária-Geral da Presidência; Eliel Negromonte Filho, Secretário da Corregedoria Regional; Denise Maria Reis Grego, Secretária de Apoio Judiciário; Simone Pinheiro Brettas Vargas, representando o Secretário de Comunicação Social, Paulo Jacinto Machado, Secretário da Escola Judicial; Christiane Dominique Künzi, Secretária de Gestão Estratégica; Cristiano Barros Reis, Diretor Administrativo; Maria Cristina Gonçalves Discacciati, Diretora de Gestão de Pessoas; Gilberto Atman Picardi Faria, Diretor de TIC; Marília Souza Diniz Alves, Diretora de Orçamento e Finanças; Manfredo Schwaner Gontijo, representando a Secretária de Licitações e Contratos; Ana Elisa Ribeiro Ramim, representando o Secretário de Material e Logística; Ana Rita Gonçalves Lara; Secretária de Controle Interno; Sérgio Brina Aragon, Secretário de Sistemas; Hudson Luiz Guimarães, Secretário de Engenharia; Carolina Dias Figueiredo, representando a Secretária da Ouvidoria; Maria Lúcia Cabral Moreira, Assessora de Estrutura Organizacional; Rogélio Bar Neto, representante da Diretoria Judiciária; Danuza Pereira Mantuano, representante da Comissão de Responsabilidade Socioambiental; Marta Lúcia Gusmão e Letícia Tertuliano Melo, representantes do Programa Servidor em Pauta; Cynthia Pereira da Silva, servidora da Diretoria de Orçamento e Finanças, Roberta Silveira Zanetti, servidora da Diretoria-Geral, Bruno Pereira Torrozo Souza, Liégia Maciel de Oliveira, Liliane Monteiro Serpa, Renato de Azevedo Silva e Thais da Costa Cruz, servidores da Secretaria de Gestão Estratégica. Os trabalhos foram abertos pela Secretária Christiane Künzi que apresentou o Mapa Estratégico com a sinalização de cada um dos objetivos, para o primeiro quadrimestre de 2015. Enfatizou que cinco objetivos estratégicos apresentaram bom desempenho (verde): “Promover a qualidade, celeridade, e efetividade das atividades jurisdicionais”, “Garantir a efetividade da execução”, “Estimular a prevenção e a conciliação de conflitos”, “Gerir demandas repetitivas e de grandes litigantes” e “Otimizar a logística de materiais, bens e serviços” e dois, desempenho médio (amarelo): “Assegurar a participação do TRT-MG no desenvolvimento e implantação dos sistemas nacionais de TIC” e “Buscar a excelência na gestão do orçamento”. Quanto ao objetivo “Promover a cidadania e a responsabilidade social”, dois dos indicadores a ele vinculados não foram ainda mensurados. No entanto, a performance dos outros dois indicadores geram uma tendência de desempenho fraco ao objetivo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

estratégico (vermelho). Em relação a “Aperfeiçoar a comunicação interna e externa”, “Aperfeiçoar o recrutamento e a distribuição da força de trabalho”, “Garantir a infraestrutura adequada”, “Implementar a política de gestão de pessoas com foco na meritocracia” e “Assegurar um ambiente saudável e seguro”, Christiane informou que todos estes objetivos apresentam um ou mais indicadores ainda não mensurados. No entanto, considerando os indicadores vinculados a estes objetivos já mensurados, pode-se observar um bom desempenho (verde) para os três primeiros objetivos e desempenho regular (amarelo) para os dois últimos. Já em relação ao objetivo “Aperfeiçoar a gestão e a governança corporativa e de TIC” nada pode ser inferido pois nenhum dos indicadores a ele vinculados foi ainda medido. A seguir, a Secretária apresentou a situação dos indicadores estratégicos: 50% deles encontram-se na faixa verde, entre 90 e 100% do cumprimento da meta estabelecida; 15% em amarelo, entre 60% e 90% da meta; 10% em vermelho, com menos de 60% de alcance da meta e 25% encontram-se com medição ainda indisponível. A Secretária de Gestão Estratégica consultou o grupo sobre a possibilidade de rever a escala de mensuração dos indicadores, pois considerar a faixa verde no limite de 90 a 100% sugere o cumprimento, quando na verdade não é essa a real situação. Propôs também aumentar o limite mínimo da escala intermediária, sinalizador amarelo. Após discussão, o Grupo Estratégico deliberou por alterar a escala de mensuração dos indicadores: para a sinalização verde, os limites passam a ser de 95 a 100% de cumprimento da meta, para a faixa amarela, entre 70 e 95% e vermelha, abaixo de 70%. A Secretária de GE também propôs aos presentes que, a partir da presente reunião, as deliberações da RAE oriundas das discussões sobre a performance de objetivos, indicadores e projetos estratégicos sejam planejadas, executadas e acompanhadas sob a forma de planos de ação a fim de dar mais transparência e efetividade na gestão da estratégia. O grupo concordou. A seguir, o servidor Bruno Pereira Torrozo Souza, responsável pelo Escritório de Projetos informou aos presentes a situação da carteira de projetos estratégicos. De acordo com ele, há 17 projetos/programas ainda não iniciados, e para estes, ele pediu a cooperação das áreas, para que façam contato com o objetivo de se elaborar os TAPs (Termos de Abertura de Projetos) e os Planos de Projeto. Bruno Torrozo expôs aos presentes que existem três projetos com problemas de execução. Para dar andamento ao projeto estratégico “Feedback”, um dos casos, é necessária a contratação de um curso de capacitação. O Secretário da Escola Judicial ponderou que a unidade suspendeu, temporariamente, as contratações de cursos tendo em vista a reestruturação da área com a incorporação do CTA. De acordo com Paulo Jacinto, o processo de contratação da referida capacitação será reiniciado brevemente. Outro projeto que enfrenta problemas é o “Reunião de Execuções”. De acordo com Bruno, existem dúvidas quanto ao escopo do projeto e uma reunião entre o Vice-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Corregedor, Dr. Luiz Ronan Neves Koury, e a Diretoria Judiciária, que está estudando a viabilidade de implementação do projeto, está agendada para o dia 17/06 a fim de se definir o seu futuro. O terceiro projeto com problemas é o “Orçamento POP”, cujo ritmo de execução está lento. A responsável pelo Escritório de Processos de Trabalho, Thais da Costa Cruz, explicou ao grupo que o fato de a Diretora de Orçamento e Finanças fazer questão de estar presente nas reuniões de elaboração dos POPs (Procedimento Operacional Padrão), por um lado é muito bom, mas por outro atrasa o andamento dos trabalhos, uma vez que a disponibilidade da diretora em participar das reuniões é limitada. A Diretora de Orçamento e Finanças, Marília Souza Diniz Alves, enfatizou que deseja participar das reuniões, porque as decisões a serem tomadas são complexas. O projeto é complicado, exige da equipe muita reflexão e maturidade nas escolhas, o que torna difícil acelerar a sua execução. Visando dar mais transparência nas etapas do projeto e permitir um planejamento adequado dos trabalhos do Escritório de Processos de Trabalho, ficou estabelecido que o Escritório de projetos e a Diretoria de Orçamento e Finanças elaborarão o TAP e o Plano de projetos com definição do cronograma, a fim de estabelecer entregas e prazos para o projeto. Continuando, Bruno Torrozo solicitou ao Secretário de Engenharia informações sobre o andamento do projeto de Reforma do Fórum de BH. De acordo com Hudson Guimarães, estão sendo providenciados pequenos ajustes nos projetos de engenharia de tal forma que, no mais tardar em duas semanas, caso a greve da Prefeitura não interfira, estes projetos sejam liberados. Segundo ele, todas as terças-feiras ocorrem reuniões de acompanhamento dos grandes projetos na Prefeitura de Belo Horizonte, que são abertas à participação de todos. Passou-se, a seguir, à análise do Projeto PJe – Desenvolvimento do módulo precatório, pois, de acordo com Bruno Torrozo, não existem informações deste projeto no portal do Escritório de Projetos de TI. De acordo com o diretor de TIC, a área está envidando esforços para mapear o fluxo do processo de precatórios, mas não no PJE, porque esta ação dependeria do CSJT. A seguir, passou-se a análise dos indicadores, em especial daqueles que apresentaram desempenho inferior a 60% da meta. Neste sentido, ficou estabelecido o seguinte plano de ação:

PLANO DE AÇÃO - REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA				
Indicador	Problema identificado	Ações de melhoria	Responsável	Prazo
Todos	Falsa sensação de que o desempenho dos indicadores e objetivos está bom	Redefinir faixas de medição para indicadores. Verde maior ou igual a 95%, Amarelo de 70% a 94,9%, Vermelho menor ou igual a 69,9%.	SEGE - Christiane Künzi	em 1 semana



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

PLANO DE AÇÃO - REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA				
Indicador	Problema identificado	Ações de melhoria	Responsável	Prazo
1 e 2	Indicadores não mensurados por falta de sistema	Trazer especialista do CNJ para auxílio na implantação do sistema	Sec. Ouvidoria - Cristina Ávila (Carolina)	em 15 dias
4	Consumo alto de papel observado: 1,01 resmas de papel per capita por mês, meta = 0,7 resmas per capita por mês)	Levantar as informações de consumo por unidade e identificar os maiores consumidores	Sec. Material e Logística - Ana Elisa	em 4 meses
		Prospectar junto aos maiores consumidores as possíveis causas para o volume de papel consumido	Comissão Socioamb. Danuza Mantuano	
		Medir o volume de documentos tramitados exclusivamente em meio eletrônico	Dir. Adm. - Cristiano Reis	
		Verificar possibilidade de configuração dos equipamentos e sistemas das unidades judiciárias para a impressão frente e verso	DTIC - Gilberto Atman	
		Verificar e solucionar eventuais problemas de configuração envolvendo equipamentos e sistemas que geram perda de papel	DTIC - Gilberto Atman	
		Formatação de campanha educativa com foco no público consumidor	SECOM - Simone Bretas	
8, 9 e 14	Piora significativa no tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento de 1º e 2º grau e na taxa de congestionamento na fase de execução	Analisar a fundo o resultado da medição, buscando principais fatores impactantes	SEGE, DJ, CORREG	até a próxima Reunião de Análise da Estratégia
21	O indicador não reflete a situação real dos processo de licitação	Incluir no cálculo do prazo todos os processos licitatórios concluídos no período de medição.	Secretaria de Licitações e contratos	até a próxima Reunião de Análise da Estratégia
24	Contagem manual do número de acesso às notícias publicadas	Desenvolver aplicação para contabilizar a quantidade de acessos às notícias publicadas no site de forma automática conforme solicitação da SECOM	SECOM e Sec. Sistemas - Simone e Sérgio Brina	em 1 semana
26	Inviabilidade de avaliar o alcance da meta	Estabelecer uma meta para o ano de 2015	DTIC - Gilberto Atman	em 2 semanas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

PLANO DE AÇÃO - REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA				
Indicador	Problema identificado	Ações de melhoria	Responsável	Prazo
28	Criado internamente apenas o grupo de trabalho do PJe	Formalizar a criação dos grupos de trabalho	DTIC e Sec. Adm. Gilberto Atman e Cristiano Reis	em 2 semanas
34	Baixa adesão dos gestores aos cursos oferecidos pela EJ	Avaliar o indicador e os itinerários formativos	Escola Judicial - Paulo Jacinto	não estabelecido
36	Inviabilidade de medição do indicador por falta de sistema (número de competências técnicas muito elevado)	Avaliar as opções existentes, inclusive a de implantação do sistema já existente de Pernambuco, e definir a melhor forma de resolver o problema	Comitê Gestor dos sistemas administrativos e o Secretário de Desenvolvimento de Pessoas	uma semana
38	Baixa adesão ao exame periódico de saúde pelos magistrados	Ampla divulgação e sensibilização dos magistrados sobre a importância do EMP	Diretor de Saúde - Dr. Geraldo	não estabelecido
		Mobilizar Sec.Saúde e AMATRA3 para criar plano de ação	SGP - Sandra Pimentel	em 1 mês
39	Baixa adesão ao exame periódico odontológico	Convidar, por e-mail, os servidores e magistrados a realizar o exame periódico odontológico	Diretor de Saúde - Dr. Geraldo	julho de 2015
		Alterar a IN 10/2012 tornando o exame obrigatório	Diretor de Saúde - Dr. Geraldo	não estabelecido
51	Baixa execução dos restos a pagar não processados de exercícios anteriores decorrentes do não pagamento de verbas devidas a servidores	Promover campanha de atualização do banco de dados de pessoal ativo	Secretários de Pessoal, de Pagamento de Pessoal, e de Gestão Estratégica e Diretoras de Gestão de Pessoas e de Orçamento e Finanças	a estimar
		Melhorar a execução de contratos	Diretora de Orçamento e Finanças	até agosto

A Secretária Christiane Künzi ressaltou ao grupo que os prazos estabelecidos nos plano de ação devem ser observados pelos interessados, não dependendo apenas do acompanhamento realizado pela SEGE. Ainda em relação ao indicador 19 - Cobertura de estoques, a servidora Ana Elisa Ribeiro Ramim esclareceu que o baixo desempenho do quadrimestre decorreu da criação da cesta de materiais que gerou uma economia no consumo de materiais pelas unidades e, por consequência, um estoque elevado destes itens. Segundo ela, apenas com o passar do tempo é que a meta deste indicador será alcançada. Relativamente aos Igovs – Igov, Igov-TI e Igov-Pessoas – o tribunal ainda aguarda a definição



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

da forma de cálculo destes indicadores pelo CSJT. Em relação ao 38 – Percentual de adesão ao exame periódico de saúde (magistrados) e ao 39 – Percentual de adesão ao exame periódico odontológico, que apresentaram baixo desempenho, a Secretaria de Saúde, inviabilizada de comparecer à reunião, remeteu email esclarecendo a situação destes indicadores e propondo ações visando melhorar o desempenho destes. O indicador 38 é um índice cumulativo, ou seja, depende dos exames periódicos realizados ao longo de todo o ano (10 meses), a partir de um cronograma estabelecido para o interior e capital. Os exames iniciaram-se em março/2015 e se estenderão até dezembro/2015. O resultado alcançado não representa a totalidade dos exames feitos até o momento, pois a empresa de medicina do trabalho contratada para este fim ainda não enviou todos os formulários, uma vez que conta com um prazo legal para isso. O plano de ação para alcançar a meta está em formulação e envolve ampla divulgação e sensibilização dos magistrados sobre a importância individual e institucional do EMP, bem como sobre o caráter obrigatório desse. Uma das ações de incentivo já implementada para o periódico médico dos magistrados foi a realização do exame pela Desembargadora Presidente, que autorizou a divulgação da notícia, institucionalmente, demonstrando a sua aprovação e interesse no programa. Em relação ao indicador 39, a SES esclareceu que o resultado alcançado não está muito longe da meta, cabendo as seguintes considerações: 1. pela análise de anos anteriores, sabe-se que a procura pelo exame é maior nos últimos meses do ano e por isso acredita-se que haverá um incremento no percentual de adesão nas próximas medições. 2. as comprovações de alguns exames realizados até o final de abril podem ainda não ter sido recebidas e processadas. Esses números serão registrados adequadamente ao final do próximo quadrimestre. Entre as ações realizadas e propostas para melhorar o desempenho deste indicador entre os meses de maio a agosto/2015 estão: 1. Enviado e-mail institucional a todos os magistrados e servidores, reforçando o convite para realizar o periódico odontológico em 28.04. Observou-se que, no mês de maio, foram realizados o dobro do número de exames do mês de abril. Diante do resultado positivo, pretende-se utilizar novamente o convite por e-mail em julho/2015. 2. Tornar obrigatório o Periódico Odontológico: esta proposta foi apresentada à Administração, dentro da Proposta de alteração da Instrução Normativa 10/2012. Acredita-se que a obrigatoriedade de realização do exame trará um significativo aumento no percentual de adesão. Além dessas iniciativas, o Grupo Estratégico também propôs a realização de uma reunião entre o Presidente da Amatra3, o Secretário de Saúde e a Secretária-Geral da Presidência no prazo de um mês. Já em relação ao Indicador 47 – Índice de execução do orçamento disponibilizado, de acordo com a Diretoria de Orçamento e Finanças, a Lei Orçamentária demorou a ser aprovada, e, tendo sido o orçamento contingenciado, a Diretoria segurou a execução. Mas, não obstante



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

esses entraves, segundo Marília Alves, o Tribunal não está licitando o que gera uma baixa execução orçamentária. Segundo ela, a próxima reunião de orçamento será um momento para analisar melhor o comportamento deste índice. Quanto ao indicador 50 - Número de restrições nas conformidades contábeis, a Diretora da DOF esclareceu que o tribunal não realizava amortização de bens, o que passou a ocorrer a partir do mês passado. Com este novo procedimento, a perspectiva é de que número de restrições nas conformidades contábeis diminua. Após, a Secretária Christiane Künzi relatou aos presentes o desempenho do TRT3 quanto às metas nacionais no primeiro quadrimestre. Apenas as metas 2 - identificar e julgar, até 31.12.15, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31.12.14 no 2º Grau, 5 - baixar em 2015 maior quantidade de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente e 7 - identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior no 1º Grau foram alcançadas até o momento. Por fim, Christiane participou aos presentes que a Secretaria de Gestão Estratégica está divulgando o Plano 2015-2020 juntamente com alguns projetos estratégicos em reuniões com a 1ª instância na capital e no interior. Segundo a Secretária, a Primeira Instância ainda é cética em relação ao planejamento estratégico e os projetos ajudam a criar mais engajamento. Mas não é uma tarefa fácil e ações que facilitam e reduzem o trabalho da 1ª Instância são muito bem vistas. Segundo Christiane, iniciativas pontuais, de rápida implementação, surtem mais efeito quando o objetivo é mudar a cultura institucional. A Secretária propôs a realização de novas reuniões com o 1º Grau até o final do ano juntamente com as áreas de infraestrutura, a fim de mostrar àquelas unidades o que está sendo feito. Após, a Secretária de Gestão Estratégica agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Para constar eu, Christiane Dominique Künzi, Secretária de Gestão Estratégica, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e por todos os presentes.

Diretor-Geral	Ricardo Oliveira Marques	
Diretora Judiciária	Telma Lúcia Bretz Pereira	
Secretária-Geral da Presidência	Sandra Pimentel Mendes	
Diretor Administrativo	Cristiano Barros Reis	
Diretor de TIC	Gilberto Atman Picardi Faria	
Diretora de Gestão de Pessoas	Maria Cristina Gonçalves Discacciati	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Diretora de Orçamento e Finanças	Marília Souza Diniz Alves	
Secretário da Corregedoria e Vice-Corregedoria	Eliel Negromonte Filho	
Secretária de Apoio à 1ª Instância	Denise Maria Reis Grego	
Representante do Secretário de Comunicação Social	Simone Pinheiro Brettas Vargas	
Secretário da Escola Judicial	Paulo Jacinto Machado	
Secretária de Gestão Estratégica	Christiane Dominique Kunzi	
Representante da Secretária de Licitações e Contratos	Manfredo Schwaner Gontijo	
Representante do Secretário de Material e Logística	Ana Elisa Ribeiro Ramim	
Secretária de Controle interno	Ana Rita Gonçalves Lara	
Secretário de Sistemas	Sérgio Brina Aragon	
Secretário de Engenharia	Hudson Luiz Guimarães	
Representante da Secretária da Ouvidoria	Carolina Dias Figueiredo	
Assessora de Estrutura Organizacional	Maria Lúcia Cabral Moreira	
Representante da Diretoria Judiciária	Rogélio Bar Neto	
Representante da Comissão de Responsabilidade Socioambiental	Danuza Pereira Mantuano	